



GOVERNO MUNICIPAL CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

Parecer: n.º 157/CGMUCI/Decreto/131/2013/GAB/2021.

Processo: n.º 172/Análise de Processo Licitatório na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2021 – PG – FME, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORMAR KIT DE MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme condições e especificações constantes e estabelecidas no anexo I do Edital e no referido Edital.

Origem: Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação.

Documento: Comunicação Interna nº. 4639/2021/Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Licitações, Processo Pregão Presencial n.º 001/2021 - PG - FME, Oficio nº. 110/2021/Requisitório/Justificativa/Termo de Referência/Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação, folhas 01 as 10, Cotação - Pauta de Aquisição Institucional - Secretaria Municipal de Educação – Departamento de Alimentação Escolar – DAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, folhas 11 as 13, Pauta de Aquisição Institucional - Secretaria Municipal de Educação -Departamento de Alimentação Escolar - DAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, folhas 14 as 16, Despacho/Processo n.º 521/2021 – GAB – PMU, em resposta ao Oficio n.º 110/2021/Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação, folhas 17, Cotação de Preços – Empresa SUPERVENDAS COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 17.949.776/0001-55, folhas 18 as 21, Cotação de Preços -Empresa R. ARAÚJO DE OLIVEIRA EIRELI – EPP – CNPJ 23.653.286/000-00, folhas 22 as 24, Cotação de Preços – Empresa A.

Gabinete
PROTOCOLO
Recebido em:

2 9 MAR 2021

Municipal le



S. NAGASE E CIA. - CNPJ: 09.721.163/0001-38, folhas 25 as 27, Mapa de Cotação de Preços - Preço Médio, folhas 28, Resumo de Cotação de Preços - Menor Valor, folhas 29, Resumo de Cotação de Preços - Valor Médio, folhas 30, Justificativa da Modalidade de Pregão Presencial, folhas 31 e 32, Despacho - Certificação da Classificação Institucional, evidenciando as Unidades Administrativas responsáveis pelas execuções das despesas (Órgão Incumbido de Executar a Programação Orçamentária/Lastro Orçamentário - 2021), folhas 34, Despacho - Certificação do Departamento de Tesouraria da Disponibilidade Financeira para realização do Processo 008/2019, folhas 34, cópia do Decreto n.º 191/2021 - PMU, folhas 35, Recibo de Retirada de Edital pela Internet, folhas 36, Edital de Licitação, folhas 37 as 66, Despacho da Comissão Permanente de Licitação à Assessoria Jurídica e Parecer Jurídico, opinando pela aprovação da minuta em questão, folhas 67 e 68, Autorização da Chefe do Executivo à Assessoria Jurídica, para providências cabíveis, folhas 69, cópia de aviso de licitação da modalidade de Pregão Presencial no Diário Oficial da União e Jornal da Amazônia, ambas em 03 de março de 2021, folhas 70 e 71, documentos de Credenciamento da empresa O CORINGÃO LTDA - CNPJ N.º 03.030.688/0001-40, folhas 72 as 111, documentos de Credenciamento da empresa A S NAGASE & CIA LTDA, CNPJ N.º de documentos 112 128, 09.721.163/0001-38, folhas credenciamento da empresa R ARAÚJO DE OLIVEIRA - EIRELI, CNPJ N.º 23.653.286/0001-00, folhas 129 as 138, Proposta de Preços da empresa O CORINGÃO LTDA - CNPJ N.º 03.030.688/0001-40, folhas 139 as 141, Proposta de Preços da empresa A S NAGASE & CIA LTDA, CNPJ N.º 09.721.163/0001-38, folhas 142 as 148, Proposta de Preços da empresa R ARAÚJO DE OLIVEIRA - EIRELI, CNPJ N.º 23.653.286/0001-00, folhas 149 as 153, Documentos de Habilitação da empresa O CORINGÃO LTDA - CNPJ N.º 03.030.688/0001-40, folhas 154 as 211, Documentos para Habilitação da empresa A S





NAGASE & CIA LTDA, CNPJ N.º 09.721.163/0001-38, folhas 212 as 241, Ata de Realização do Pregão Presencial, folhas 242 as 247, Ofício 220/2021 - Secretaria Municipal de Educação - em anexo Parecer Técnico de Classificação de Amostras - da empresa O CORINGÃO LTDA - CNPJ N.º 03.030.688/0001-40, folhas 248 as 251, Oficio 007/2021 - Comissão Permanente de Licitação - Convocação do Segundo Colocado no Pregão Presencial nº 001/2021 - FME, folhas 252 e 253, Cópia do e-mail de Convocação do Segundo Colocado no Pregão Presencial nº 001/2021 - FME, para a empresa A S NAGASE & CIA LTDA, CNPJ N.º 09.721.163/0001-38, as folhas 253, Oficio 227/2021 - Secretaria Municipal de Educação - em anexo Parecer Técnico de Classificação de Amostras - da empresa A S NAGASE & CIA LTDA, CNPJ N.º 09.721.163/0001-38, folhas 254 e 255, Resultado de Julgamento da Licitação/Termo de Adjudicação do Pregão Presencial n.º 001/2021-PG/FME, folhas 256 e 257, Despacho da Comissão Permanente de Licitação à Assessoria Jurídica e Parecer Jurídico favorável à Homologação em favor dos Licitantes Vencedores do Pregão Presencial n.º 001/2021-PG/FME, empresa O CORINGÃO LTDA - CNPJ N.º 03.030.688/0001-40 e empresa A S NAGASE & CIA LTDA, CNPJ N.º 09.721.163/0001-38, folhas 258 e 259, Despacho da Comissão Permanente de Licitação/ciência de resultado da Adjudicação, folhas 260 e 261, Resultado de Julgamento da Licitação/Termo de Homologação do Pregão Presencial n.º 001/2021-PG/FME, folhas 262 e 263, Resultado de Julgamento da Licitação folhas 264 as 266, Termo do Contrato nº. 20210134 - Empresa O CORINGÃO LTDA – CNPJ N.º 03.030.688/0001 – 40, folhas 267 as 275, Termo do Contrato nº. 20210135 – Empresa A S NAGASE & CIA LTDA, CNPJ N.º 09.721.163/0001-38, folhas 276 as 284, Extrato dos Contratos nº. 20210134 e nº. 20210135, folhas 285 e 286, Portaria n.º 134/2021 - PMU - Designação de Fiscal de Contrato - Fundo Municipal de Educação, folhas 287 e Portaria n.º 135/2021 - PMU

Gabinete
PROTOCOLO
Rocebido em:

2 9 MAR 2021

Freter, or Municipal de Ulianopolica o Ulianopolica o



Designação de Fiscal de Contrato – Fundo Municipal de Educação, folhas 288.

AUTORIDADE SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Licitações.

ASSUNTO: Solicitação de parecer, conforme documentos acima transcritos.

Análise 172, Processo Licitatório na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2021 – PG – FME, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORMAR KIT DE MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO conforme condições e especificações constantes e estabelecidas no anexo I do Edital e no referido Edital.

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através da Comunicação Interna n.º 4639/2021, requer análise e parecer deste Controle Interno, acerca do Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial n.º 001/2021 – PG – FME.

É o parecer:

Pregão é definido como a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de Gabine propostas de preços escritas e lances verbais.

PROTOCOLO Recebido em:

MAR 2021 A O Processo de compra de bens e serviços comuns para a municipalidade, deve ser submetido aos princípios, conforme dispõe as Lei n.º

old 10.520/02, e Lei Complementar 123/06 e as alterações pertinentes:



"Art. 1.º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

"Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI, que assim estabelece:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e contratados mediante alienações serão processo de licitação pública que assegure todos condições igualdade de concorrentes, com cláusulas que estabeleçam mantidas obrigações de pagamento, condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de econômica técnica qualificação indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

9 MAR 2021

O artigo acima foi regulamentado pela Lei nº 8.666, de 1993, conhecida

como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, cujos artigos 1. °, 2. ° e 3. °



estabelecem:

"Art. 1. ° - Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

"Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios."

PROCEDIMENTO DO PREGÃO - OPERACIONALIDADE:

As práticas adotadas para o emprego da modalidade licitatória pregão estão juridicamente condicionadas aos princípios básicos que norteiam a Lei 8.666/93, quais sejam:

- Legalidade A Administração Pública deve limitar seus atos àquilo que estiver previsto em Lei;
- Impessoalidade O interesse público prevalece nas decisões adotadas pelos administradores, e não o interesse do administrador;
- Moralidade Moralidade administrativa abrange padrões objetivos de condutas exigíveis do administrador público, independentemente, inclusive, da legalidade e das efetivas intenções dos agentes públicos;
- Igualdade Não se pode propiciar tratamento diferenciado entre os licitantes;
 - Publicidade O procedimento licitatório é público, exceto quanto ao conteúdo das propostas, enquanto não ocorrer sua abertura oficial;





- Probidade administrativa moralidade, honestidade no trato da coisa pública;
- Vinculação ao instrumento convocatório a administração deve prenderse à linha que traçou para a realização do certame, ficando adstrita às regras que estabeleceu; Julgamento objetivo — O edital tem que definir, de forma inequívoca, o que será considerado para a escolha da proposta vencedora.

Bem assim aos princípios correlatos da:

- Celeridade Atos contínuos mais céleres e engajados em que se põe ao largo a burocracia desnecessária mediante a reorganização do momento de concretização de cada ato e fase do certame licitatório;
- Finalidade A Administração Pública não destitua ou preordene seus atos desviando-os para outros interesses ou finalidades;
- Razoabilidade Busca a congruência dos atos administrativos e dos seus fins, tanto que um ato pode ser plenamente eficiente, atingindo econômica e plenamente o seu objetivo específico, mas pode não ser razoável para o atendimento dos fins da Administração Pública. Ou seja, o ato administrativo será inválido juridicamente, mesmo dentro dos limites estabelecidos em lei, se foi desarrazoado, incoerente ou praticado sem considerar as "situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discrição manejada;
- Proporcionalidade ninguém deve estar obrigado a suportar constrições em sua liberdade ou propriedade que não sejam indispensáveis à satisfação do interesse público;
- Justo preço Preço dos serviços ou materiais são coerentes tanto para o Estado quanto para o licitante.

(Matéria Doutrinária Jus Brasil)

O Processo Licitatório neste ato analisado, busca cumprir em sua feitura





os princípios correlatos a legislação vigente na modalidade de espécie, em harmonia com as Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e ainda a Lei Complementar 123, e suas alterações, seguiu, porém o rito da Licitação na modalidade de Pregão Presencial em sua feitura.

Porém, diante da análise minudente ao referido processo, recomendamos a imediata publicação dos Termos dos Contratos oriundos do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 001/2021 – PG – FME, nos meios de publicações oficiais, para a convalidação e evidências tratativas e a corroboração que se evidencie a não lesão do interesse público, nem prejuízo a terceiros e ainda, produza legitimidade.

Recomendamos ainda, ao setor competente a providência de atualização dos documentos e Certidões Fiscais e ou tributárias que por ventura, possam constar no processo em análise, antes do início do processo de liquidação dos referidos contratos.

Com base no exposto acima, reencaminhamos o Processo à secretaria de origem para ciência e devidas providências.

Foram os documentos apresentados a este Controle Interno nesta data. Esta é a manifestação que nos cabe, s.m.j.

Ulianópolis/PA., 26 de março de 2021.

CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

Decreto Municipal nº. 018/2021.

Antonia De Hulanópoli Antonia De De De Oliveira Secréta de Coprola Interno CPP 128 10 932 92 MAN 1 12 8 021

Municipal de Ulianópolis/PA

PROTOCOLO

Raith Sahara destro Sena Kaltha Sahara destro Sena Secretaria de 206 CPF 1810 Nº 01/2021 PIAU